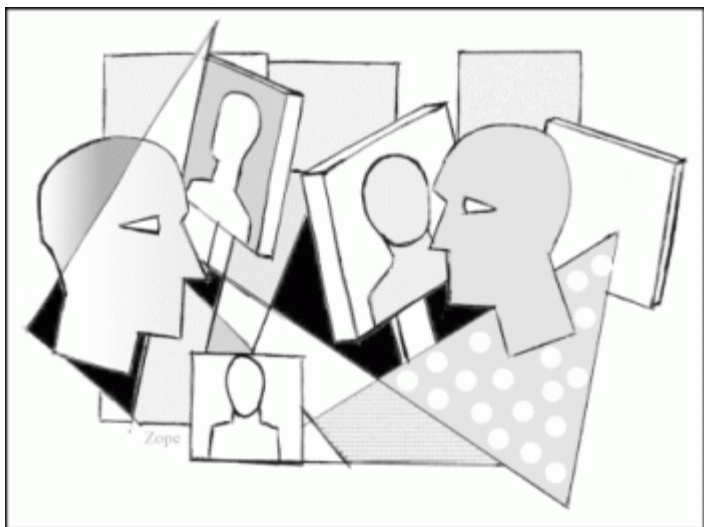


## **SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA INTEGRA ÓRGÃOS DA PREFEITURA DO RIO**

Desde que foi introduzida, na segunda metade do século XX, a Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) alterou os modos de produção de empresas e organizações. Mais do que nunca, essa tecnologia opera como ferramenta essencial ao processo administrativo em todas as suas instâncias (estratégica, tática e operacional) e nas variadas áreas de aplicação das funções do governo. Tal evolução pode ser constatada na Prefeitura do Rio de Janeiro com a implantação do Sistema Municipal de Informática (SMI), que tem por objetivo principal promover a integração entre setores da administração direta, indireta, autárquica e fundacional da Prefeitura.

O sistema foi implantado em 2001 pelo Prefeito Cesar Maia. Mas o Decreto nº 25.083, de 25 de fevereiro de 2005, determinou alterações em sua estrutura. Agora, o SMI é formado por um comitê de usuários que atua nas áreas de armazenamento, processamento e transporte de dados em formato digital, além de fornecer apoio e cooperação aos demais órgãos do município.



O sistema deve ainda constituir um banco de dados para tentar suprir as demandas de acesso do município; viabilizar a comunicação entre os agentes públicos municipais e os cidadãos e aperfeiçoar as relações de serviço para a sociedade.

No nível deliberativo do SMI está a Comissão Municipal de Tecnologia da Informação (CMTI), presidida pelo Controlador Geral Lino Martins da Silva e composta pelo Secretário-Chefe do Gabinete do Prefeito, pelo Procurador Geral do Município, pelos Secretários Municipais de Fazenda e de Administração e pelos Secretários Coordenadores das Macrofunções.

A execução das deliberações da Comissão está a cargo da Empresa Municipal de Informática (IplanRio).



### Governo eletrônico pode diminuir corrupção e custos

O livro *E-gov.br, próxima revolução brasileira*, demonstra como os meios eletrônicos, com destaque<sup>1</sup> para a internet, podem melhorar a eficiência do Estado. A primeira parte traça um panorama geral do que é o governo eletrônico no Brasil e no mundo. Na segunda parte, os autores relatam experiências de sucesso na área.

## EDITORIAL

### Evolução tecnológica com foco no cidadão

Solange Rebouças

Nos anos 70, na era do mainframe, o computador central, trabalhávamos à sua volta porque a tecnologia não permitia que nos distanciássemos do processamento. As transações geograficamente distantes desse centro de computação eram agrupadas em lotes, os antigos movimentos batch, para serem remetidas ao ponto central. Naquela época, a tecnologia era proprietária e a comunicação se dava por protocolos fechados, com redes lentas e sujeitas a erros.

No fim daquela década e início dos anos 80 começam as linguagens voltadas para o desenvolvimento de sistemas com transações online e consolidam-se as arquiteturas cliente-servidor. Viabiliza-se o distanciamento dos centros de computação, as redes se tornam robustas e mais seguras, passam a existir os bancos de dados - a princípio os hierárquicos e em seguida os relacionais. As tecnologias ainda eram proprietárias, mas começava a ocorrer a descentralização dos aplicativos.

Nesta onda descentraliza-se também parte da infra-estrutura, que se inicia para distribuição dos serviços básicos de impressão e disponibilização de arquivos. Reproduziram-se sistemas redundantes e/ou desintegrados nas grandes organizações, o que fez aumentar a demanda por mais equipamentos nas pontas, nem sempre utilizados em toda sua capacidade.

Nos anos 90 surge a arquitetura em três camadas, com servidores de aplicação, de banco de dados e a camada do cliente. Essas camadas permitiram, além da descentralização, a independência das unidades de grandes organizações em desenvolverem suas próprias soluções operacionais e de gestão. Na velocidade em que isto ocorreu acabou por ocasionar um agravamento em termos de falta de integração, redundância e consistências. Tornou-se difícil a consolidação dos números nas grandes organizações e os custos com a informática cresceram sem controle.

Os investimentos nem sempre obtiveram como retorno os benefícios esperados. Hoje, com a internet,

passamos a ter inúmeras camadas, pois os servidores de aplicação e de dados podem estar fora das organizações.

Recente pesquisa realizada nos sites das organizações estaduais de informática dos Estados Unidos observou-se uma tendência em centralizar parte das iniciativas da área de tecnologia da informação. Os principais argumentos apresentados são a redução dos custos e o melhor proveito, por parte da organização como um todo, dos investimentos já realizados pelas administrações públicas estaduais e agências de governo.

Concluiu-se que, apesar do grande investimento, o proveito muitas vezes foi pontual em detrimento do todo. Em outras palavras, isso significa: inconsistências, diversos centros de processamento (que geram ociosidade), diversos centros de desenvolvimento de sistemas (que geram perda da visão do todo) e outros. Mas a centralização mencionada, ao contrário do que se pensa, não representa uma volta à concentração dos aplicativos, uma vez que a tendência da tecnologia atual das redes mundiais é proporcionar, cada vez mais, o acesso às informações pelos cidadãos.

A pesquisa americana sobre Planejamento Estratégico de Comunicações e Processamento de Dados mostra que, no estado do Alabama, a estrutura atual da área de tecnologia da informação é composta por uma federação de knowledge experts, especialistas nas respectivas matérias, que contam com apoio de uma infra-estrutura centralizada. Ali se segue um princípio segundo o qual os investimentos em TI devem ser encarados de uma maneira abrangente pela federação e de uma maneira focada para o mercado, pois esta é garantia de que os recursos, que são limitados, serão utilizados da maneira mais efetiva possível.

#### **Controladoria é assunto de discussão em comunidade do Orkut**

Controle e transparência nunca estiveram associados à internet, um ambiente anárquico por natureza e onde a falsificação de notícias ou personalidades é sempre possível. Porém, quando dizem respeito às contas, essas virtudes são muito bem-vindas na rede e já viraram tema de discussão em comunidades no Orkut e em blog.

Poucos usuários se lembram, mas uma das finalidades do Orkut é gerar "contatos profissionais", podendo-se criar comunidades e fóruns sobre as mais diversas atividades de trabalho. É nesse âmbito que se encontra a comunidade "Controladoria e Finanças", por exemplo. Com cerca de 1.200 membros (pelo menos, até o fechamento desta matéria), é a maior comunidade até o momento e sua descrição propõe, além da integração entre profissionais da área, o debate sobre temas correlatos, tais como auditoria, compliance, contabilidade, análise de balanços, gestão e análise do risco de crédito, banking, demonstração do fluxo líquido de caixa, indicadores de valuation, budget e forecast, e métricas de gestão econômica, entre outros.

Outra comunidade que tem como foco o controle contábil é a "Auditoria, Controladoria e Perícia". O perfil dos participantes vai desde estudantes de Ciências Contábeis, como Gilson Matias, a pessoas com vasta experiência na área, como Adriana Peixoto, "dona" da comunidade, formada há dez anos e que trabalha na Controladoria Geral do Estado de Alagoas. O professor Luiz Lopes é mais um participante com vasto currículo. Mestre em Ciências Contábeis, ministra as disciplinas Contabilidade Pública e Auditoria Governamental e Ciências Contábeis, além de ser contador da Secretaria Estadual de Fazenda do Rio de Janeiro.

Na opinião de Luiz Lopes, as comunidades sobre o assunto ainda não desenvolveram todo o seu potencial. Segundo ele, falta uma cultura de aprofundamento dos temas, o que acaba acarretando o desinteresse de pesquisadores da área. "A maioria das pessoas, nessas comunidades do Orkut, está interessada em bobagem, para se ter algum retorno seria preciso formar um grupo bom de pessoas", diz o professor.

Realmente, parece que o debate e o aprofundamento não são a regra. Em "Controladoria e Finanças", a comunidade com maior número de tópicos, fala-se sobre derivativos, teorias financeiras, cursos em Controladoria ou balance scorecard. Porém, a média de retorno dos participantes é de três a cinco postagens, sendo que a grande parte é de indicações bibliográficas. O único tópico que obteve respostas em massa foi o intitulado "NETWORKING - fale um pouco de você", com a marca de 89 postagens.

Além das duas comunidades citadas, o tema "controladoria" ainda consta em outras 16. Entre elas, pode-se encontrar uma dedicada à Controladoria Geral da União, que, além de pretender reunir os servidores do órgão, propõe a discussão de assuntos relacionados à carreira. A "Controladoria/Auditoria" define-se, por exemplo, como a "comunidade de neuróticos que vivem controlando a vida dos outros e acabando com a de alguns." Há também a "Fecap - Pós em Controladoria", para alunos do curso; "Controladoria BB", para funcionários da área que atuam no Banco do Brasil; "PUC - Controladoria e Finanças", criada para interação de alunos, professores e ex-alunos do curso de pós graduação em Controladoria e Finanças da PUC de Londrina, Paraná; entre outras. Num formato diferente do Orkut, os blogs são mais um tipo de mídia virtual que vêm ganhando espaço na rede mundial. Eles deixaram de ser apenas diários virtuais de adolescentes e ganharam o mundo dos adultos. Jornalistas, como Ricardo Noblat, atualizam seus blogs diariamente postando notícias, muitas vezes exclusivas, e abrindo espaço para que os internautas comentem. Nos Estados Unidos, os blogs já mostraram a sua força fiscalizando e denunciando políticos e partidos.



Os contabilistas e auditores ainda não estão explorando esses tipos de página da web. Os profissionais da área dispõem de apenas um espaço destinado ao tema, cujo título é BlogContábil ([www.blogcontabil.blogger.com.br](http://www.blogcontabil.blogger.com.br)). No endereço podem ser encontrados links e posts afins, como auditoria independente; contas de compensação e reavaliação de ativos / notas explicativas, entre outros. Todos, porém, ainda à espera de comentários.

### Sistema municipal de informática integra órgãos da prefeitura do rio

**Atuação** - A proposta do SMI é operar como um grupo formado pelos principais usuários da administração municipal e focar suas ações na integração da superestrutura Prefeitura. "Quando se pensa em informática, pensa-se no nível da unidade, mas no caso da Prefeitura, por ser uma grande estrutura na qual cada componente (secretarias, autarquias, fundações, etc.) faz parte do conjunto, também se deve pensar na integração", explica a Assessora do Gabinete do Controlador Geral Solange Rebouças. "O SMI é importante no sentido de tornar possível a visualização da Prefeitura como um todo e, dessa forma, otimizar os recursos que seriam demandados por cada um, mas de uma forma que o todo também se beneficie", esclarece.

Apesar de existir desde 2001, o Sistema Municipal de Informática não se institucionalizou totalmente. Para Solange Rebouças, nesse caso é necessário que se leve em consideração os níveis estratégico, tático e

operacional. "Em qualquer empresa, a tecnologia é uma ferramenta e toda administração (de uma prefeitura ou de uma empresa) possui níveis nos quais opera", explica. O âmbito estratégico corresponde a diretrizes de atuação de médio e longo prazo.

"A IplanRio, por ser uma empresa de informática, é uma ferramenta da superestrutura Prefeitura e vai acompanhar as diretrizes do Governo. Se o prefeito decide modernizar a Prefeitura, a estratégia de médio e longo prazo da Iplan será atualizar-se o máximo em tecnologia", exemplifica a Assessora. O nível tático se refere à forma como se poderá viabilizar a estratégia, enquanto o operacional está relacionado à definição do número de funcionários necessários para executar a estratégia.

A comissão pretende, por meio da tecnologia, prover a infra-estrutura necessária para que o sistema funcione da melhor forma possível. Por isso deve atuar basicamente nos níveis estratégico e tático e promover a reunião dos responsáveis pelo comitê com os principais representantes dos órgãos da Prefeitura. Em função das metas antecipadas pelo Prefeito será definido como a informática deve atuar, de modo a integrar usuários e responsáveis pelo desenvolvimento de sistemas ao longo de toda a cadeia produtiva e inibir conflitos conceituais e operacionais nas bases de informação, operação e decisão dos processos administrativos.

**Mudanças** - Até o início de 2005, cada órgão da Prefeitura possuía a sua coordenadoria de informática e a IplanRio atuava como órgão normatizador do setor. A função do Sistema era definir o nível estratégico e parte do tático, enquanto a Iplan agia no nível tático e normatizava essas operações para as coordenadorias, a fim promover uma harmonia na área de tecnologia.

O objetivo do Decreto nº 25.083 foi desassociar a IplanRio do SMI, com a transferência da empresa para o nível tático-operacional, e nível estratégico realocado no Sistema Municipal de Informática. "A Controladoria Geral foi escolhida para ser a gestora do Sistema por funcionar como suporte para as demais secretarias e por ser um órgão de controle, além de imparcial, de modo a distribuir da melhor maneira possível os recursos", destaca Solange Rebouças.

De acordo com a Assessora, atualmente está em curso o levantamento, por meio de um questionário, de todos os sistemas e aplicativos de informática existentes na Prefeitura. A proposta é dar agilidade ao sistema: "o SMI precisa ter ciência de tudo o que ocorre na Prefeitura para dar prioridade aos projetos mais importantes, pois há limitação de recursos. Ao mesmo tempo em que o comitê age no nível estratégico também deve agir no nível tático-operacional, a fim de que essas frentes sigam uma mesma direção". O SMI deve tentar organizar os recursos dedicados à tecnologia, para que sejam organizados na esfera tático-operacional.

O Sistema também será responsável pela criação de normas de padronização técnica. Caso seja constatado que há aplicativos que necessitem de atualização, por exemplo, a visão global de toda a Prefeitura auxiliará na tomada de decisões. Além disso, o SMI irá lançar normas para o desenvolvimento de sistemas, para a utilização de determinadas linguagens, as plataformas a serem utilizadas etc., sempre no sentido de gerar os recursos destinados a essa área.

O SMI também implementou mudanças nas Coordenadorias de Informática das várias secretarias e órgãos. Hoje, as unidades funcionais se reportam à IplanRio, trabalham com funcionários vinculados à empresa de informática da Prefeitura, diferente do modelo anterior, quando cada coordenadoria era independente, e apenas em algumas situações a mão-de-obra era da Iplan. "Hoje o papel da Empresa Municipal de Informática é dar orientação administrativa e técnica. Porque a IplanRio não conseguia, nos níveis tático e operacional, controlar a autonomia da coordenação e com isso também não coordenava plenamente os recursos. Houve casos em que um mesmo sistema, que poderia ser utilizado por mais de uma secretaria, não o fazia: ao invés disso, cada uma utilizava o seu próprio sistema, o que acarretava gasto duplicado", diz Solange Rebouças.

Entre as funções do SMI estão: constituir e administrar um banco de dados que atenda às demandas de acesso da Prefeitura; viabilizar o aperfeiçoamento dos processos operacionais, gerenciais e estratégicos; garantir a integração dos sistemas de aplicação; viabilizar o estabelecimento de soluções de conectividade entre os agentes públicos municipais, o cidadão e a sociedade e construir um sistema tecnológico, essencial e coerente, modulado pela economicidade.

## ENTREVISTA

**Dra. Elionor Farah Weffort - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP)**



Elionor Farah Jreige Weffort é advogada, doutora em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (FEA/USP), professora e pesquisadora do curso de Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP). Suas linhas de pesquisa incluem as áreas de contabilidade internacional, ética e legislação profissional. Foi colaboradora da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação na avaliação para reconhecimento, renovação e autorização de cursos. Em 2003 ganhou o prêmio Hilário Franco de monografia do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo. No ano anterior havia recebido o prêmio Ethos / Valor Econômico de Responsabilidade Social Empresarial.

**Pre\$tando Conta\$ - Muitos países caminham hoje para a harmonização das práticas contábeis. Nessa evolução, os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos dos Estados Unidos (Generally Accepted Accounting Principles - US GAAP) seriam a melhor opção?**

Elionor Weffort - Não é possível afirmar que os padrões contábeis norte-americanos (USGAAP) sejam a melhor opção para todos os países. As práticas contábeis adotadas em determinado país dependem de suas peculiaridades políticas, econômicas, culturais, entre outras, o que justifica o abandono de qualquer tentativa de padronização contábil internacional. Busca-se, ao invés disso, a convergência das normas e práticas contábeis, sua aproximação em âmbito internacional com a redução das diferenças, mas respeitando as características e necessidades específicas de cada país. A atual adoção dos US GAAP internacionalmente decorre da presença nos Estados Unidos de um mercado de capitais desenvolvido, forte e bastante atrativo, o que leva companhias de diversos países a elaborarem suas demonstrações financeiras em conformidade com os US GAAP para obtenção do registro que permite a captação de recursos nas Bolsas de Valores norte-americanas (como a New York Securities Exchange). Esse fato, porém, não é suficiente para afirmar que os US GAAP são a "melhor opção" ou mesmo uma "tendência internacional". Exemplo: se uma companhia estrangeira estiver em busca de recursos no mercado europeu, deve apresentar suas demonstrações financeiras de acordo com os IFRS (International Financial Reporting Standards), normas internacionais elaboradas pelo IASB (International Accounting Standards Board), organismo internacional independente, de adoção obrigatória para todas as companhias listadas em Bolsas

de Valores dos países da União Européia.

Pre\$tando Conta\$ - Como considera o papel dos organismos internacionais, em especial o da Organização das Nações Unidas (ONU), no campo da regulação contábil?

Elionor Weffort - Apesar de discussões na década de 60 sobre a questão da harmonização contábil internacional, pode-se considerar que os esforços organizados nesta direção foram iniciados efetivamente em 1973, com a criação do IASC (International Accounting Standards Committee), atual IASB (International Accounting Standards Board). O IASB é visto como o principal condutor do processo de convergência contábil, uma vez que fica sob sua responsabilidade a elaboração dos padrões contábeis internacionais (IFRS). Estão envolvidos, também, no processo de convergência, organismos internacionais e regionais, órgãos de classe, legisladores nacionais, entre outros. A dificuldade de chegar a um consenso em relação à convergência reside, especialmente, nos conflitos de interesse dos participantes, porque ela é guiada tanto pelo apoio dos contadores (que irão efetivamente aplicar os padrões contábeis) quanto pela vontade política. O IASB, apesar de elaborar os padrões internacionais, não tem poder para impô-los localmente ou aplicar penalidades para aqueles que não adotarem as normas. Os seus membros assumem apenas uma obrigação moral de tentar, junto aos responsáveis pela elaboração das normas contábeis em seus países, a inserção dos padrões internacionais. Nesse contexto, organismos internacionais ao defenderem a convergência contábil - por seu poder de gerar informações mais consistentes (inclusive para a tomada de decisões desses organismos), o que pode auxiliar o desenvolvimento econômico e social dos países - tornam-se um importante apoio para o IASB. Note que esses organismos não pretendem elaborar normas contábeis internacionais próprias.

Pre\$tando Conta\$ - A ausência de um órgão regulador é vantagem ou desvantagem para a confluência internacional das normas contábeis?

Elionor Weffort - É necessário distinguir a convergência contábil internacional "de fato" e "de direito": a primeira refere-se às práticas e a segunda às normas contábeis. Tal distinção é importante porque apesar da inserção da obrigatoriedade da adoção das normas internacionais por meio de normas nacionais (convergência de direito) estimular a convergência de fato (das práticas) não há certeza de que isso ocorra. Para que as normas contábeis internacionais sejam efetivamente aplicadas em determinado país é necessário, ao menos, certificar-se que elas não são conflitantes com a cultura local e que os profissionais contábeis estão preparados para aplicá-las. No Brasil, as normas contábeis estão contempladas, em grande parte, na legislação societária, comercial e fiscal, o que faz com que a incorporação das tendências internacionais dependa do processo legislativo, normalmente demorado. Há, portanto, um "engessamento" das normas contábeis nacionais, proveniente das próprias características do nosso sistema jurídico. Talvez isso possa ser de alguma forma amenizado, possibilitando-se a elaboração de normas contábeis por órgãos governamentais ou não (dedicados exclusivamente a isso), com base em diretrizes gerais fixadas em lei. A saída encontrada para tentar acompanhar o ritmo das práticas dos negócios foi a "importação" de alguns conceitos e institutos do direito anglo-saxão, que resultou, por exemplo, em um maior poder para a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) que, dentre outras atribuições, emite normas contábeis para as companhias abertas.

## ENTREVISTA

**Dra. Elionor Farah Weffort - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP)**

Pre\$tando Conta\$ - A existência de blocos econômicos constitui fator importante para a harmonização das práticas contábeis?

Elionor Weffort - A existência de blocos econômicos pode facilitar o processo de convergência das normas e práticas contábeis ao menos entre os países do bloco, especialmente pelo fato de que alguns deles possuem poder para impor suas decisões aos países membros, inclusive com a aplicação de eventuais penalidades, poder que falta ao IASB. É o caso da União Européia: apesar de facultada a manutenção das normas e práticas contábeis locais em cada país, as companhias listadas nas Bolsas de Valores devem elaborar suas demonstrações financeiras em conformidade com os padrões contábeis internacionais (IFRS). É interessante observar que a adoção das normas internacionais não foi feita de forma abrupta na União



Européia, pois apesar de ser decidida em 2001, foi concedido um prazo até janeiro de 2005 para as empresas e para os profissionais contábeis se prepararem para sua efetiva aplicação.

Pre\$tando Conta\$ - Há mais diferenças ou semelhanças entre os padrões éticos na área contábil internacional?

Elionor Weffort - Os valores e normas morais variam em virtude do meio e do momento, de modo que cada grupo terá seu próprio conjunto de padrões. O mesmo ocorre com as normas morais aplicáveis aos profissionais contábeis no seu exercício profissional: elas devem ser compatíveis com as características e necessidades da sociedade na qual atua. A IFAC (International Federation of Accountants) - organismo contábil internacional que congrega órgãos de profissionais de mais de 100 países, incluindo o Brasil - é responsável pela edição de um Código de Ética para o profissional contábil que serve como diretriz para que cada país elabore seu próprio código, adaptado às especificidades locais. Nele são encontrados princípios éticos como a integridade e a confidencialidade, que devem ser aplicados a contadores do mundo todo porque são fundamentais para assegurar a própria sobrevivência da profissão.

Pre\$tando Conta\$ - Qual é a situação atual do ensino e da pesquisa de contabilidade internacional no Brasil?

Elionor Weffort - Em 2002 conduzi uma pesquisa que indicou - por meio da análise de uma amostra aleatória de 83 instituições de ensino em todo o Brasil - que apenas 19,28% delas incluíam na estrutura curricular dos cursos de Ciências Contábeis a disciplina Contabilidade Internacional. Em algumas regiões a presença dessa disciplina é mais freqüente - 26,7% na região Sudeste e 21,05% no Sul - e, em outras, mais rara ou inexistente - 12,5% no Nordeste, 10% no Centro-Oeste e nenhuma no Norte. É possível que tal situação tenha sofrido alteração especialmente em virtude da publicação da Resolução n° 6 do Conselho Nacional de Educação, de 10 de março de 2004, determinando a inclusão nos cursos de graduação em Ciências Contábeis de conteúdos referentes às normas internacionais de contabilidade. É importante ressaltar que um dos obstáculos para a presença de tópicos de contabilidade internacional nos cursos de graduação é a necessidade de professores, o que só pode ser sanado com medidas de médio e longo prazo para a capacitação de profissionais nessa área de conhecimento. Quanto à pesquisa em contabilidade internacional, no Brasil, ela ainda não é muito expressiva quando comparada com outras áreas da contabilidade. Por exemplo, ao analisar as dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação stricto sensu em Contabilidade reconhecidos pela CAPES, observei que apenas 6,27% delas, no período de 1973 a 2002, versavam sobre contabilidade internacional. No entanto, as perspectivas são positivas se notarmos que, no período 1999 a 2002, houve um crescimento de quase 100% em relação aos períodos anteriores.

Pre\$tando Conta\$ - Poderia falar sobre sua tese de doutorado "O Brasil e a harmonização contábil internacional: influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado"?

Elionor Weffort - Minha tese de doutorado, de 2003, traz uma análise dos aspectos que podem afetar o alinhamento do modelo contábil prevalente no Brasil com a orientação das normas internacionais. Observei que quatro aspectos são especialmente relevantes para impulsionar a adoção das normas contábeis internacionais no Brasil: o sistema jurídico; a formação dos profissionais contábeis; as forças de mercado e os fatores culturais. Apesar do sistema jurídico e da educação profissional em contabilidade vigentes não favorecerem localmente a adoção das normas internacionais, o aumento nas pesquisas sobre contabilidade internacional e a edição de normas contábeis fora da legislação societária e comercial e, portanto, de forma mais ágil - por exemplo, pela CVM - podem melhorar essas perspectivas. Já as forças de mercado, em virtude da crescente importância do capital estrangeiro para as companhias nacionais e da forte presença de multinacionais, podem levar à adoção voluntária das normas internacionais por um grupo, ainda que restrito, de empresas. Participar do processo de convergência internacional pode ser benéfico para o Brasil, ao permitir, por exemplo, que um maior número de empresas brasileiras tenha acesso aos mercados estrangeiros sem que para isso seja necessário incorrer em custos hoje proibitivos para grande parte delas. Mas é necessário estar ciente de que esse é um processo gradual e lento que requer uma reflexão crítica sobre nossas características e necessidades, em especial sobre a formação dos futuros contadores.

**Organizações formalizam pacto contra corrupção**



Por iniciativa do Fórum Econômico Mundial, em parceria com a Transparência Internacional e o Instituto de Governança de Basel (Suíça), 64 companhias dos setores de energia, engenharia, construção, mineração e siderurgia assinaram em janeiro, em Davos, na Suíça, o Pacto Inicial Contra Corrupção (Partnering Against Corruption Initiative - PACI, em inglês). Pelo acordo, as empresas se comprometem a combater a corrupção e a adotar uma política de tolerância zero contra o pagamento de suborno para obter negócios, além de aperfeiçoarem as práticas de controle já existentes. A intenção é reduzir drasticamente a corrupção e contribuir para a melhoria dos negócios.

De acordo com os seus idealizadores, o documento reflete o reconhecimento empresarial de que a corrupção e o suborno são corrosivos para o progresso econômico. A expectativa é que a adesão das empresas aumentará o nível dos negócios no mundo e contribuirá para o desenvolvimento da economia. Entre as recomendações a serem adotadas pelas companhias estão: não usar patrocínios e não fazer contribuições a políticos e suas organizações como um subterfúgio para suborno (todas as contribuições devem ser transparentes e feitas de acordo com a lei); evitar o recebimento e o oferecimento de presentes e de hospitalidade, encorajar os funcionários a denunciarem práticas suspeitas.

### Eficácia

A intenção dos organizadores do Pacto é que um número maior de empresas participe da iniciativa. No Brasil, apenas a Petrobras aderiu ao acordo por enquanto. Para Maria Augusta Carneiro Ribeiro, ouvidora geral da empresa de petróleo, a adesão ao documento está alinhada com a política de responsabilidade social da empresa, que é signatária do Pacto Global desde 2003. "A adesão é importante, pois reforça para os executivos, empregados e fornecedores quais são os comportamentos aceitos pela Petrobras no seu relacionamento com os diversos públicos", avalia. Segundo Mark Pieth, presidente do grupo sobre corrupção da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o fato de 64 empresas já terem assinado o PACI mostra a importância do acordo, já que essas companhias se dispuseram a se deixar examinar pelos organizadores do Pacto.



Cláudio Weber Abramo, diretor executivo da ONG Transparência Brasil, acredita porém que pactos como esse não têm muita eficácia na coibição de suborno e corrupção porque se baseiam na premissa de que as empresas não recorrerão a propinas para vencer disputas por contratos. "É impossível determinar se a promessa está ou não sendo cumprida. Uma empresa pode perfeitamente assinar um pacto desses - mirando o efeito propagandístico - e continuar a praticar corrupção", justifica.

Ele acrescenta que em alguns casos um acordo dessa natureza serve apenas para mascarar a corrupção. "Num setor cartelizado, no qual ocorre uma divisão sistemática dos contratos com acertos de preços superfaturados - que só pode acontecer com o conluio do agente público contra o recebimento de uma propina -, um pacto desses serve apenas para dar lustro de integridade a um mecanismo viciado", diz. Para Abramo, o ideal seria o aperfeiçoamento das leis e das práticas administrativas - como o uso de internet e a

abertura de informações para o público.

#### Consenso

Todos as partes concordam que a corrupção pode afastar investimentos do Brasil. "Acredito que não apenas investimentos externos, mas também internos. Dependendo da área, quem deseja entrar de modo limpo em um mercado público deve estar preparado para batalha desigual, em que por vezes a capacidade de corromper é mais importante do que a capacidade profissional ou tecnológica", acredita Abramo.

De acordo com Maria Augusta Ribeiro, da Petrobras, o PACI representa mais um esforço para eliminar um mal que beneficia alguns em detrimento da sociedade em geral. "As empresas sérias preferem investir em ambientes onde não exista corrupção, que se constitui em custos adicionais para as empresas e incertezas sobre negócios, licitações, etc. Portanto, um ambiente livre de corrupção é um atrativo para investimento de empresas sérias", completa.

Mark Pieth, da OCDE, acredita que o Brasil enfrenta um sério problema com relação a suborno, o que afugenta possíveis investimentos: os investidores são freqüentemente confrontados com exigências de chantagem ou extorsão, sobretudo nos setores de energia, fábricas e hidrelétricas.

Em 2003, a Transparência Brasil realizou em parceria com a Kroll um estudo em que foram ouvidas quatro mil empresas de setores variados. A pesquisa revelou, entre outras coisas, que 67% das empresas já foram vítimas de fraude e que para 74% delas corrupção é um obstáculo para o desenvolvimento do Brasil.

## ESTANTE

### A tecnologia a serviço da democracia



E-gov.br: a próxima revolução brasileira

Ali Chahin,  
Maria Alexandra Cunha,  
Peter T. Knight e  
Solon Lemos Pinto  
São Paulo:  
Prentice Hall, 2004. 380p.

A tecnologia posta a serviço da democracia. Sítios que, ao clicar do mouse, colocam à disposição da sociedade serviços, contas e planos governamentais que antes eram de mais difícil acesso devido à dependência do papel e, em grande parte, à nossa herança burocrática. Essas são algumas possibilidades

que se abrem com o governo eletrônico, tema do livro E-gov.br, a próxima revolução brasileira, de Ali Chahin, Maria Alexandra Cunha, Peter T. Knight e Solon Lemos Pinto.

O que se convencionou chamar no Brasil de governo eletrônico - da tradução literal do inglês e-government - funciona como um novo modelo de gestão na administração pública. Utilizando-se principalmente da internet, governos em todo o mundo estão otimizando a prestação de serviços e, com isso, melhorando sua relação com cidadãos, fornecedores e entre os órgãos do próprio governo.

Em E-gov.br, há uma primeira parte em que são analisadas algumas experiências referentes ao tema no Brasil e no exterior, além de propor uma série de princípios e prioridades que devem nortear tais programas. A segunda parte é formada por 29 casos bem-sucedidos de governança eletrônica no Brasil, escritos por 40 colaboradores gabaritados.

Segundo relata o livro, a política de governo eletrônico foi criada em 2000 no País, na esfera federal, passando a influenciar, posteriormente, estados e municípios. O novo projeto abrange os três Poderes e busca desenvolver ações em funções centrais do Estado, como educação e treinamento, saúde, segurança pública e justiça, além de compras governamentais online.

Um exemplo citado no livro é o da Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo. Por meio de um sítio próprio, qualquer órgão do governo envia sua proposta de compra de materiais. Os fornecedores, por sua vez, enviam as suas ofertas. Durante a operação, a melhor delas fica disponível aos demais participantes. Ao final do processo, o sistema destaca automaticamente o melhor preço e envia um email ao vencedor. Com isso, há ganho em eficiência, ao desburocratizar e diminuir os custos, além de maior transparência às operações de compra.

Apesar de a internet ser um dos pilares que sustentam esse modelo de administração, o modelo ainda é frágil no Brasil em decorrência da chamada exclusão digital. De acordo com o livro, baseado em estatísticas do Comitê Gestor da Internet no Brasil e do IBGE, em janeiro de 2003 apenas 12,7% da população brasileira eram usuários de internet.

Muito aquém dos países desenvolvidos, cujos índices variam entre 40% e 70%. Por isso, os autores afirmam que a televisão e o rádio ainda são os meios mais eficazes para se chegar aos brasileiros. Nesse sentido, a educação a distância soube se aproveitar muito bem da penetração da televisão no Brasil. Um dos exemplos é o TV Escola, canal de educação dedicado a professores e alunos dos ensinos fundamental e médio das escolas públicas.

Na outra ponta da inclusão digital está o Canadá, considerado o país que presta os melhores serviços e informações através de seu Government Online (GOL). Segundo um relatório da Erin Research, 70% dos usuários de internet daquele país tinham visitado um sítio do governo em 2002 e, destes, 80% aprovaram os serviços. O portal direciona as informações e serviços a três grupos distintos: canadenses, não-canadenses e empresas canadenses. Em "canadenses", por exemplo, encontram-se 16 assuntos, tais como saúde, segurança pública, trabalhadores, impostos e empregos, entre outros.

O Canadá é um exemplo de como os meios eletrônicos podem servir à democracia. A transparência e a eficiência obtidas nos serviços públicos levam à diminuição da corrupção e dos custos. A prestação de contas à sociedade fica mais clara, além de proporcionar uma participação maior dos cidadãos.

### **Brasil integra rede global de informações legais**

Para se lançar no mercado inter-nacional as empresas brasileiras devem conhecer a legislação de exportação do país onde desejam expandir seus negócios. Algum tempo atrás, ter acesso aos documentos necessários para isso era uma tarefa custosa e demorada. Desde agosto de 2004, com a entrada do Brasil na Rede Global de Informações Legislativas (Global Legal Information Network - GLIN), da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, as companhias nacionais têm à disposição todo o acervo das leis de mais de 40 países.

Criada em 1993, a Rede tem o objetivo de manter um banco de dados com leis, decretos e outros atos

normativos dos países associados. "São inúmeros os benefícios para o setor público e privado, pois o GLIN é uma riquíssima fonte de direito comparado e informações oficiais por estar situado em órgãos do governo de cada país", diz Ivete Lund Viégas, secretária de assuntos legislativos do Ministério da Justiça, setor responsável pela inserção de documentos brasileiros no sistema. Segundo a secretária, desde a sua divulgação no Brasil o programa recebeu 150 solicitações de senha de acesso. Atualmente, 80 entidades brasileiras têm permissão para realizar consultas.

De acordo com a responsável pela Rede nos Estados Unidos, Janice Hyde, os benefícios do sistema não se resumem à pesquisa da legislação externa: os membros do GLIN têm acesso a especialistas jurídicos que podem prover informações e dar consultoria sobre leis relevantes em seus países. "O programa ajuda as nações a organizar suas informações legais - em alguns casos até identifica inconsistências em suas leis que precisam ser corrigidas ou atualizadas", afirma.

Para ter acesso à Rede Global de Informações Legislativas é necessário preencher um cadastro de requisição de senha, disponível na página da Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL), em [www.mj.gov.br/sal](http://www.mj.gov.br/sal). O pedido está restrito às pessoas jurídicas de direito público e correlatas, conforme orientação da Biblioteca do Congresso. Ivete Viégas informa, porém, que a intenção é expandir o acesso ao sistema em 2005, para permitir a consulta aos textos das normas e aos respectivos sumários sem uso de senha, bem como melhorar a pesquisa no banco de dados com termos em português. Atualmente, todos os documentos possuem uma súmula e um histórico em inglês. O texto completo das leis está no idioma do país de origem. Participam da Rede Global de Informações Legislativas 52 países, entre os quais Argentina, Paraguai, Uruguai, México, Portugal, Espanha, Rússia, Taiwan, Angola e Cuba.

No Brasil, um programa semelhante é o Sistema de Acompanhamento de Normas (Sisnorma), desenvolvido pelo mesmo órgão responsável pela inclusão de documentos no GLIN, a Secretaria de Assuntos Legislativos. O sistema brasileiro dispõe de emendas constitucionais, leis complementares, medidas provisórias e decretos que somam mais de 950 mil documentos acessíveis gratuitamente pela internet. "É possível visualizar todo o histórico das medidas em fase de elaboração e o inteiro teor das discussões ocorridas no Congresso Nacional, bem como o texto sancionado pela Presidência da República", destaca Ivete Viégas.

Além de registros importantes da atualidade, o Sisnorma contém relíquias da legislação brasileira. "É possível acessar o Regulamento Provisional para o troco do ouro em pó em Minas Gerais, de 8 de novembro de 1808, e a Carta Régia de dezembro do mesmo ano que dispõe sobre a civilização dos índios, navegação do Rio Doce e cultura de terrenos em Minas Gerais", exemplifica a secretária de assuntos legislativos do Ministério da Justiça. O objetivo é colocar à disposição, até o final de 2006, os cerca de três milhões de documentos da Coordenação de Documentação Legislativa, um departamento da Secretaria. Desde o lançamento do Sistema em agosto de 2004 até fevereiro de 2005 foram contabilizados mais de 6.500 acessos.

Expediente:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

**Prefeito:** Cesar Maia

**Vice-Prefeito:** Otavio Leite

Controladoria Geral do Município

**Controlador Geral:** Lino Martins da Silva

**Sub-controlador:** Vinícius Viana

Assessoria de Comunicação

**Assessora:** Sonia Virgínia Moreira

Prestando Conta\$

**Edição:** Sonia Virgínia Moreira

**Pauta:** Graça Louzada

**Redação:** Aline Thomaz, Janaína Soares e Ricardo Veiga

**Edição de Arte:** Fernando Sperandio

**Ilustração:** Zope

**Versão Online:** Diego Nunes